



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Termo de Fomento n.º 001/2026

Processo Administrativo n.º 2026-MM57B

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA** E O **INSTITUTO PRÓ-TAPIR PARA A BIODIVERSIDADE**, TENDO POR OBJETO **DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO NAS COMUNIDADES DO ENTORNO DA RESERVA BIOLÓGICA DE SOORETAMA (RBS), NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO**, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEAMA**, inscrita no CNPJ sob nº 31.752.645/0001-04, com sede à Rua Dr. João Carlos de Souza, 107, Barro Vermelho, Vitória/ES, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, neste ato representada pelo seu Secretário, Sr. **FELIPE RIGONI LOPES**, brasileiro, nomeado pelo Decreto nº 247-S de 31 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado do Espírito Santo – DOES, em 01 de fevereiro de 2023 e matrícula 4752325 e o **INSTITUTO PRÓ-TAPIR PARA A BIODIVERSIDADE**, inscrita no CNPJ sob nº. 42.038.076/0001-56, com sede à Rua Luiz Fernandes Reis, nº 230, Praia da Costa, Vila Velha/ES, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representado pela sua Diretora Executiva, Sra. **ANDRESSA GATTI**, portadora da carteira de identidade nº x.xxx.x04-ES e CPF nº 0xx.xxx.xxx-x6, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº 2026-MM57B e mediante as cláusulas e condições seguintes:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente Termo de Fomento, decorrente de Emenda Parlamentar nº 782, tem por objeto **diagnóstico socioambiental participativo nas comunidades do entorno da reserva biológica de Sooretama (RBS), no norte do Espírito Santo**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará,



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária: Plano de Trabalho: 10.41.101.18.541.0205.2351 - Gestão da Fauna Silvestre e Controle e Bem-Estar de Animais Domésticos; Microrregião: 50 – Metropolitana; Município: 320520 – Vila Velha; Fonte: 1.5.00.000000 – Recursos do Exercício Corrente – Recursos Não Vinculados de Impostos; Natureza de despesa: 3.3.50.41 - Contribuições; Plano Orçamentário: 000001 – Não Definido; Valor: R\$ 30.000,00.

**CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/03/2027, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do E-Docs, no prazo máximo de 15 dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS**

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 27 de março de 2026.

---

Assinatura do representante legal da administração pública estadual  
**Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
FELIPE RIGONI LOPES

---

Assinatura do representante legal da organização da sociedade civil  
**Instituto Pró-Tapir Para a Biodiversidade**  
ANDRESSA GATTI



## PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

### 1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome <b>Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA</b>		CNPJ <b>31.752.645/0001-04</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower – sala 1101</b>		
Bairro <b>Barro Vermelho</b>	Cidade <b>Vitória</b>	CEP <b>29.057-530</b>
E-mail da Instituição <b>gabinete@seama.es.gov.br</b>		Sítio eletrônico <b>https://seama.es.gov.br/</b>
Telefone 1 <b>(27) 99849-7964</b>	Telefone 2	Telefone 3

### 2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome <b>Instituto Pró-Tapir para a Biodiversidade</b>		CNPJ <b>42.038.076/0001-56</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Luiz Fernandes Reis, 230</b>		
Bairro <b>Praia da Costa</b>	Cidade <b>Vila Velha</b>	CEP <b>29101-120</b>
E-mail da Instituição <b>institutoprotapir@gmail.com</b>		Sítio eletrônico de divulgação da parceria <b>www.protapir.com.br</b>
Local físico de divulgação da parceria Não se aplica		
Telefone 1 <b>(27) 99646-0498</b>	Telefone 2 ( )	Telefone 3 ( )

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome <b>Andressa Gatti</b>		CPF: <b>012412886-66</b>	
Nº RG <b>1500104</b>	Órgão Expedidor <b>SPTC</b>	Cargo na OSC Diretora Executiva	Mandato vigente até <b>29/04/2029</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Castelo Branco, 1935, apt. 301</b>			
Bairro <b>Olaria</b>	Cidade <b>Vila Velha</b>	CEP <b>29100-590</b>	
Telefone 1 <b>(27) 99646-0498</b>	Telefone 2 ( )	Telefone 3 ( )	

### 4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome <b>Danielle de Oliveira Moreira</b>		
Área de Formação <b>Ciências Biológicas - Biologia Animal</b>		Nº do Registro no Conselho Profissional <b>42711/10</b>
Bairro <b>Vila Nova</b>	Cidade <b>Aracruz</b>	CEP <b>29194-581</b>
E-mail do Técnico <b>daniomoreira@gmail.com</b>		
Telefone do Técnico 1		Telefone do Técnico 2



( 27 ) 99590-3359

( )

## 5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

O Instituto Pró-Tapir iniciou suas atividades em 2011 como um programa de monitoramento de populações de antas na Mata Atlântica capixaba, com o objetivo de gerar informações científicas que subsidiem estratégias de conservação da espécie e de seus habitats. Em 2021, a iniciativa foi formalizada como Organização da Sociedade Civil (OSC), ampliando seu escopo de atuação e consolidando-se como uma instituição dedicada à conservação da biodiversidade por meio da pesquisa científica aplicada, da educação ambiental, da comunicação para a conservação e do apoio à formulação de políticas públicas ambientais. Ao longo de sua trajetória, o Instituto expandiu seu foco para além da anta, passando a atuar de forma integrada na proteção da fauna silvestre e de seus habitats, especialmente em paisagens fragmentadas e submetidas a intensas pressões antrópicas, como aquelas encontradas na Mata Atlântica do Espírito Santo.

A missão do Instituto Pró-Tapir é disseminar ideias e concretizar ações para fortalecer a conservação da biodiversidade, conectando pessoas, produzindo e divulgando ciência e promovendo a sensibilização das comunidades humanas. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo Instituto concentram-se na produção e disseminação de conhecimento científico nas áreas de Ecologia, Genética da Conservação e Saúde Ambiental, associadas a iniciativas de educação ambiental, divulgação científica e comunicação para a conservação, voltadas tanto ao público geral quanto a públicos estratégicos.

A instituição também atua de forma articulada com órgãos ambientais, universidades e outras organizações da sociedade civil, contribuindo tecnicamente para iniciativas e políticas públicas de conservação, com destaque para sua atuação alinhada aos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), coordenados pelo ICMBio. Nesse contexto, um dos temas prioritários atualmente trabalhados refere-se à mitigação dos impactos de cães e gatos domésticos sobre a fauna silvestre em áreas naturais protegidas, uma ameaça crescente na região e ainda pouco abordada de forma integrada.

O público beneficiário das ações do Instituto Pró-Tapir é diverso, e inclui principalmente moradores do entorno de unidades de conservação e outros remanescentes florestais, em geral crianças, jovens e adultos, em famílias de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, e residentes em áreas rurais ou periurbanas. Gestores públicos e técnicos ambientais também se beneficiam indiretamente dos dados, diagnósticos e subsídios técnicos produzidos pela instituição.

A capacidade de atendimento do Instituto Pró-Tapir é viabilizada por uma equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais qualificados e por uma ampla rede de parceiros institucionais, o que permite a atuação em diferentes municípios do Espírito Santo e a adaptação das ações conforme a escala e os objetivos de cada projeto. A metodologia de trabalho adotada é integrada, participativa e baseada em evidências científicas, envolvendo diagnóstico socioambiental, planejamento colaborativo, execução de ações educativas, científicas e comunicacionais, articulação institucional e monitoramento contínuo dos resultados. No Programa “Do Quintal à Floresta”, cujo presente Plano de Trabalho se direciona, essa abordagem será aplicada para promover a sensibilização comunitária e estimular a posse responsável de cães domésticos, integrando conservação da biodiversidade, bem-estar animal e saúde humana e contribuindo para o fortalecimento das áreas naturais protegidas e das políticas públicas de conservação no Espírito Santo.

## 6. SÍNTESE DA PROPOSTA

### 6.1. Objeto



Esta proposta tem por objeto um diagnóstico socioambiental participativo nas comunidades do entorno da Reserva Biológica de Sooretama (RBS), no norte do Espírito Santo, com vistas a dimensionar a presença e caracterizar o perfil da população de cães domésticos na região, bem como estabelecer uma linha de base sobre o conhecimento, as percepções e as práticas de posse responsável adotadas pelos moradores.

O objeto integra o Programa “Do Quintal à Floresta”, uma iniciativa do Instituto Pró-Tapir para a Biodiversidade voltada à mitigação dos impactos de cães domésticos — domiciliados, comunitários e errantes — sobre a fauna silvestre em áreas protegidas do Espírito Santo, por meio de ações integradas de pesquisa, educação ambiental, sensibilização comunitária e estímulo à posse responsável.

Como resultados, esperamos entregar:

- Um diagnóstico socioambiental, com dados primários sistematizados e analisados;
- O perfil da população canina e das práticas de posse nas comunidades-alvo.

Desta forma, como produtos finais, serão desenvolvidos: i. 01 relatório técnico-científico contendo a sistematização dos dados coletados, e subsídios para as fases subsequentes do programa “**Do Quintal à Floresta**”; e ii: 01 documento com um diagnóstico geral sobre a situação dos cães-domésticos na região da RBS, com um plano de divulgação para as comunidades locais sobre o problema abordado.

## 6.2. Objetivo geral

Realizar um diagnóstico socioambiental participativo sobre meio ambiente, biodiversidade e a posse e a circulação de cães domésticos nas comunidades do entorno da Reserva Biológica de Sooretama (RBS), no norte do Espírito Santo, de modo a compreender os fatores sociais, culturais e ambientais associados ao tema e gerar subsídios técnicos para ações futuras de educação ambiental, promoção da posse responsável, bem-estar animal e mitigação de impactos sobre a fauna silvestre.

## 6.3. Objetivos específicos

- 1) Coletar dados e informações sobre o perfil socioeconômico e ambiental dos moradores da região, o perfil dos cães domésticos e os hábitos de posse e manejo dos cães nas comunidades selecionadas, além de aspectos integrativos entre sociedade e natureza do entorno da RBS;
- 2) Avaliar a execução do projeto, o grau de satisfação dos participantes e os resultados alcançados em relação à aplicação do projeto, sistematizando as informações para subsidiar a continuidade das ações e a gestão pública.

## 6.4. Público beneficiário da proposta



Serão **beneficiários diretos** os moradores do entorno da RBS, com destaque para os tutores de cães domésticos, em geral adultos e famílias de diferentes faixas etárias e níveis variados de escolaridade. Eles serão beneficiados com as informações que o projeto repassará, como condutas de posse responsável e sugestões de melhorias de estruturas de contenção para os seus cães, além da oportunidade de se expressarem sobre suas preocupações e necessidades. Prevemos, também, que as áreas protegidas da região (a própria RBS, a Reserva Natural Vale e as RPPNs locais), os órgãos municipais, como as Secretarias de Meio Ambiente e de Saúde, outras organizações da sociedade civil que atuam com comunidades e o bem-estar animal e pesquisadores de outras instituições, serão os **beneficiários indiretos**, pois terão acesso aos dados sistematizados sobre os cães e à uma linha de base inédita para a região. Os **beneficiários finais** serão a fauna silvestre local, especialmente espécies ameaçadas ou sensíveis à pressão de cães, como os ungulados (antas, veados, queixadas); os próprios cães-domésticos que, a médio e longo prazo, poderão ser beneficiados por políticas e ações de posse responsável (acesso a cuidados veterinários, castração, guarda segura) informadas pelos resultados deste diagnóstico; e o ecossistema como um todo, pois a redução da presença canina exótica das áreas protegidas contribuirá para a manutenção de processos ecológicos.

## 6.5. Justificativa

Dentre as diversas ameaças enfrentadas pela fauna silvestre na Mata Atlântica, a presença de cães e gatos domésticos tem se destacado como um problema crescente, inclusive no Espírito Santo, onde a entrada desses animais em áreas naturais protegidas tem se tornado cada vez mais frequente. A interação entre cães, gatos e espécies nativas pode resultar em aumento da predação, competição por recursos e transmissão de doenças, afetando diretamente a integridade ecológica desses ambientes.

Além dos impactos sobre a fauna silvestre, os próprios cães estão sujeitos a riscos significativos ao adentrarem áreas de mata, podendo sofrer lesões graves ou até fatais em interações com animais silvestres. Esses episódios geram preocupação e sofrimento para os tutores e evidenciam que o problema não se restringe à conservação da biodiversidade, mas envolve também o bem-estar dos animais domésticos e a segurança das comunidades humanas. Ao entrarem em contato com novos patógenos, cães podem contrair e disseminar doenças, criando um ciclo de risco que afeta tanto a saúde pública quanto outros animais domésticos. Trata-se, portanto, de um dos conflitos mais silenciosos e persistentes na interface entre comunidades humanas e áreas protegidas.

Esse conjunto de riscos evidencia que a problemática da circulação de cães domésticos em áreas naturais deve ser compreendida sob a perspectiva da **Saúde Única (One Health)**, abordagem que reconhece a interdependência entre a saúde humana, a saúde animal e a saúde ambiental. Ao integrar esses três componentes, é possível compreender de forma mais ampla os impactos sanitários, ecológicos e sociais envolvidos, reforçando a necessidade de ações coordenadas que promovam simultaneamente o bem-estar animal, a segurança das comunidades e a conservação da biodiversidade.

No Brasil, inúmeros casos de predação por cães domésticos já foram documentados. No norte do Espírito Santo — região de elevada importância biológica — um episódio de perseguição e ataque de cães a duas antas foi registrado em 2012 pela equipe do Pró-Tapir na Reserva Biológica do Córrego do Veado, em Pinheiros (Gatti *et al.*, 2018\*). Registros preliminares obtidos por armadilhas fotográficas do Pró-Tapir, somados a relatos de funcionários da Reserva Biológica de Sooretama (RBS), indicam que a incursão de cães domésticos no interior da unidade é frequente e merece atenção urgente.

Esse cenário também é reconhecido em âmbito federal. No **2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Ungulados (PAN Ungulados)**, por exemplo, há uma ação específica voltada à **mitigação dos impactos de cães domésticos sobre espécies de ungulados**, reforçando que o tema é prioritário para a conservação de grandes mamíferos no país. A proposta aqui apresentada dialoga diretamente com essa diretriz, contribuindo para o avanço de metas nacionais ainda pouco implementadas no Espírito Santo.

No âmbito estadual, a **Lei nº 11.861/2023**, que institui o Sistema Estadual de Posse Responsável de Animais, estabelece diretrizes fundamentais como a promoção da guarda responsável, a educação ambiental, o controle populacional e a prevenção de riscos à saúde pública e ao bem-estar animal. Complementarmente, o **Programa Estadual de Bem-Estar Animal – PetVida**, coordenado pela SEAMA,



reforça esses princípios ao apoiar ações de sensibilização, manejo ético, microchipagem e fortalecimento das políticas municipais de proteção animal.

Apesar desse arcabouço legal e programático, **não existem iniciativas estruturadas e contínuas voltadas à posse responsável de cães nas comunidades do entorno da RBS**, área de alta relevância ecológica e que sofre pressão direta da circulação de animais domésticos. Essa lacuna dificulta a implementação efetiva das diretrizes estaduais e limita o planejamento de ações educativas, preventivas e de manejo que atendam simultaneamente às necessidades da fauna silvestre, dos animais domésticos e das comunidades locais. Diante desse cenário, esta proposta se justifica pela necessidade de produzir um **diagnóstico socioambiental inicial** que permita compreender o metabolismo social das comunidades locais, levando em conta as tendências e os aspectos integrativos que permeiam a relação dos moradores com a natureza, a percepção das comunidades sobre o meio ambiente e a biodiversidade, a dinâmica da população canina local, com padrões de circulação, práticas de guarda adotadas pelas famílias, além dos fatores sociais que moldam a relação entre comunidade, cães e o ambiente natural. Esses dados são essenciais para subsidiar ações futuras de educação ambiental, promoção da posse responsável e mitigação de impactos sobre a fauna silvestre, ao mesmo tempo em que fortalecem práticas que promovem o **bem-estar animal**.

Ao produzir dados inéditos e territorializados, a proposta contribui para o cumprimento da legislação estadual, fortalece o Programa PetVida e apoia a implementação do PAN Ungulados, estabelecendo bases sólidas para ações integradas que beneficiem simultaneamente a comunidade, os animais domésticos e a biodiversidade da região.

\*REFERÊNCIA: GATTI, A., SEIBERT, J. B., Moreira, D. O., 2018. A predation event by free-ranging dogs on the lowland tapir in the Brazilian Atlantic Forest. *Animal Biodiversity and Conservation*, 41: 311-314, DOI: <https://doi.org/10.32800/abc.2018.41.0311>

## 6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
Ana Carolina Srbek Araujo	Doutorado em Ecologia	Conselheira Científica / Apoio na análise dos dados do mapeamento/diagnóstico (Meta 1)	15h/mês - 2 meses
Andressa Gatti	Doutorado em Biologia Animal	Diretora Executiva / Participação como mediadora nos encontros presenciais (Metas 1 e 2)	15h/mês - 6 meses
Bruna Pacheco Pina	Bacharel/ Licenciatura em Ciências Biológicas	Diretora de Divulgação Científica / Apoio na estruturação das entrevistas e análise final do diagnóstico (Metas 1 e 2)	15h/mês - 4 meses
Danielle de Oliveira Moreira	Doutorado em Biologia Animal	Diretora de Pesquisa e Conservação / Coordenadora do Plano de trabalho (Metas 1 e 2)	15h/mês - 12 meses
Jade Huguenin Rios	Bacharel em Ciências Biológicas / Mestranda em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável	Diretora Operacional / Apoio nas atividades relacionadas à avaliação (Meta 2)	15h/mês - 4 meses



### 6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

A avaliação do grau de satisfação dos usuários será realizada por meio de pesquisa de opinião estruturada, combinando instrumentos quantitativos e qualitativos, aplicados em diferentes momentos para os moradores das comunidades visitadas pelo projeto.

Ao final de cada ciclo de entrevistas em uma determinada comunidade, será realizada uma entrevista semiestruturada com uma amostra intencional de informantes-chave, selecionados entre lideranças comunitárias, proprietários de cães com muitos animais e moradores que tenham demonstrado maior resistência ou ceticismo inicial. Essas entrevistas explorarão dimensões como a percepção sobre a legitimidade e a postura da equipe, a adequação da linguagem utilizada e eventuais sugestões para aprimoramento de futuras ações na comunidade. O caráter qualitativo dessa etapa permitirá captar nuances, insatisfações não verbalizadas espontaneamente e aspectos relacionais que escapam aos questionários fechados.

Ao término da etapa de diagnóstico, será organizada uma reunião de devolutiva comunitária, na qual os resultados preliminares serão apresentados à população. Ao final do evento, será disponibilizado um caderno de avaliação e sugestões, estruturado em perguntas abertas sobre a clareza da apresentação, a utilidade das informações compartilhadas e o interesse em participar de futuras etapas do programa. Essa escuta coletiva, realizada em espaço público e aberto, reforça o caráter participativo e dialógico do projeto e permite aferir o quanto a comunidade se sente informada e corresponsável pelo processo. Os resultados serão sistematizados e utilizados tanto para o aprimoramento das ações durante a execução quanto para a elaboração de relatórios técnicos e executivos.

### 6.8. Sustentabilidade da proposta

A sustentabilidade do projeto ultrapassa o período de execução previsto, uma vez que o diagnóstico socioambiental participativo representa a primeira etapa de um programa de longo prazo — o “**Do Quintal à Floresta**” — que o Pró-Tapir assume como compromisso institucional contínuo.

Todos os dados coletados serão incorporados às rotinas institucionais do Pró-Tapir e utilizados para orientar ações futuras, fortalecer a articulação com parceiros locais e subsidiar o diálogo permanente com órgãos públicos. Dessa forma, o tema da posse responsável e seus impactos sobre a fauna silvestre e o bem-estar animal permanecerá integrado à agenda da organização e às relações com as comunidades do entorno. O Pró-Tapir também mantém relações consolidadas com os gestores das principais áreas protegidas da região (RBS e Reserva Natural Vale), o que facilita a continuidade e ampliação das ações.

Além disso, **a organização apresentará dois outros planos de trabalho para execução via emendas parlamentares estaduais**, que incluem atividades complementares às previstas neste projeto. Paralelamente, **uma proposta adicional foi enviada a outro edital externo para aquisição de armadilhas fotográficas**, com foco em objetivos que se articulam diretamente com os resultados esperados aqui. Esse conjunto de iniciativas demonstra planejamento institucional, diversificação de fontes de financiamento e compromisso com a continuidade das ações, reduzindo a dependência de um único apoio.

Após a conclusão do diagnóstico, o Pró-Tapir terá informações estratégicas para estabelecer novas parcerias e captar recursos destinados à implementação das ações de educação ambiental, sensibilização comunitária e estímulo à posse responsável de cães domésticos. A sistematização dos dados e aprendizados gerados resultará em materiais técnicos reutilizáveis e adaptáveis a outros territórios, ampliando o alcance e a replicabilidade da iniciativa.

Dessa forma, o projeto estabelecerá bases sólidas e duradouras para a continuidade das ações, mesmo após o encerramento do apoio financeiro desta parceria, garantindo perenidade, expansão e impacto contínuo.

### 6.9. Período de execução do objeto



Início: abril/2026

Término: março/2027

## 7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

<b>Meta 1:</b> Caracterização do perfil socioeconômico e ambiental de moradores de comunidades-alvo vizinhas à Rebio de Sooretama (RBS), do perfil da população canina tutorada e dos hábitos de posse e manejo de cães-domésticos	<b>Valor (R\$): 23.163,89</b>		
<b>Indicador(es):</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Número de casas visitadas;</li><li>- Número de entrevistas concluídas (taxa de retorno das visitas);</li><li>- Número de cães-domésticos tutorados;</li><li>- Mapas temáticos produzidos;</li><li>- Relatório de análise do diagnóstico socioeconômico e de hábitos de posse e manejo.</li></ul>			
<b>Metodologia de execução:</b> <p>Será realizado um estudo observacional do tipo transversal, com abordagem quanti-qualitativa, baseado na aplicação de questionários semiestruturados em domicílios localizados em comunidades do entorno da Reserva Biológica de Sooretama, preferencialmente dentro da zona de amortecimento da UC. Antes do início das entrevistas, serão realizadas reuniões com lideranças comunitárias em cada comunidade-alvo para apresentar o estudo. Essas reuniões serão feitas por 3 dias ao longo de um mês.</p> <p>Previamente ao início da coleta de dados, o projeto de pesquisa será submetido à Plataforma Brasil para avaliação e registro no Sistema CEP/CONEP, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A coleta de dados somente será iniciada após a aprovação formal pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, garantindo que todos os procedimentos adotados respeitem os princípios da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça.</p> <p>Serão incluídos no estudo moradores com idade igual ou superior a 18 anos, residentes no domicílio há pelo menos seis meses, que concordarem em participar voluntariamente da pesquisa mediante assinatura do TCLE. Será utilizado um questionário semiestruturado, elaborado especificamente para esta pesquisa e organizado em quatro blocos temáticos: (1) Perfil socioeconômico do domicílio; (2) Perfil ambiental das comunidades (aspectos naturais das comunidades, sua relação com a biodiversidade local, uso de recursos naturais e desafios ambientais presentes); (3) Percepção integrativa entre sociedade e natureza (como as pessoas da comunidade percebem sua relação com o meio ambiente e se há conflitos nessa relação); (4) Perfil da população canina tutorada; (5) Hábitos de criação e manejo; (6) Hábitos e Preferências de Consumo de Informação. O questionário será composto predominantemente por questões fechadas, mas incluirá espaços para observações do entrevistador e respostas abertas, permitindo o registro de falas significativas e percepções não antecipadas.</p> <p>Após a apresentação dos objetivos da pesquisa e a assinatura do TCLE em duas vias, o questionário será aplicado em formato de entrevista presencial, com duração média estimada de 20 a 30 minutos. O entrevistador lerá as perguntas e registrará as respostas em formulário impresso ou dispositivo eletrônico (tablet), conforme disponibilidade. As entrevistas serão realizadas dentro de 20 dias distribuídos em 4 meses.</p> <p>Após a tabulação dos dados em planilhas eletrônicas, os dados serão georreferenciados e inseridos em um ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando software livre (QGIS) para a elaboração de mapas temáticos. Posteriormente, serão realizadas análises estatísticas e os resultados interpretados à luz do referencial teórico sobre a coexistência entre cães domésticos e fauna silvestre, gerando subsídios para as etapas subseqüentes do programa Do Quintal à Floresta.</p>			
<b>Etapas/atividades</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Período de Execução</b>	
		<b>Início</b>	<b>Término</b>



1.1. Identificação e priorização das áreas das comunidades-alvo	0,00	Mês 1	Mês 1
1.2. Autorização do projeto na Plataforma Brasil	0,00	Mês 1	Mês 2
1.3. Reuniões com líderes comunitários para a apresentação do projeto para as comunidades	2.430,98	Mês 3	Mês 3
1.4. Entrevistas com moradores das comunidades-alvo	19.094,90	Mês 4	Mês 7
1.5. Planilhamento dos dados das entrevistas	1.151,72	Mês 5	Mês 9
1.6. Análise dos dados das entrevistas e mapeamento	486,29	Mês 9	Mês 11
1.7. Produção e entrega de documento técnico/Diagnóstico	00,00	Mês 10	Mês 12

<b>Meta 2: Avaliação, sistematização e subsídios para a gestão pública</b>	<b>Valor (R\$): 6.830,57</b>
--	------------------------------

**Indicador(es):**

- Taxa de execução das meta;
- Reuniões de equipe realizadas;
- Registros de diário de campo;
- Banco de dados consolidado;
- Relatório técnico-científico final;
- Notas técnicas;
- Relatório de avaliação;
- Encontros comunitários realizados;
- Encontro institucional realizado.

**Metodologia de execução:**

Esta meta constitui o componente transversal de monitoramento e avaliação do projeto, estruturado para responder a três perguntas fundamentais: (i) O projeto foi executado conforme planejado? (ii) Os participantes e a comunidade estão satisfeitos com o processo e seus resultados? (iii) Que aprendizados podem ser extraídos para aprimorar ações futuras e subsidiar políticas públicas?

Trata-se de uma abordagem multimétodos, combinando técnicas quantitativas e qualitativas de avaliação, com ênfase na participação dos atores envolvidos e na produção de conhecimento aplicado à gestão. A avaliação será estruturada em dois eixos complementares: avaliação de processo (como foi feito) e a avaliação de satisfação (como foi percebido).

Para a **avaliação de processo**, a equipe irá documentar todas as ações, dificuldades, adaptações de métodos, eventos significativos e lições aprendidas em um diário de campo coletivo. Adicionalmente, serão realizadas reuniões quinzenais de alinhamento com a equipe do Pró-Tapir.

A **avaliação de satisfação dos participantes**, será realizada ao final do ciclo de entrevistas nas comunidades, com uma entrevista semiestruturada com uma amostra de informantes-chave da comunidade, como descrita na seção de Avaliação, com duração de seis dias, durante dois meses. Ao final de cada ciclo de entrevistas (em cada localidade selecionada), a comunidade será convidada para a apresentação dos principais resultados, com linguagem acessível, entrega simbólica de relatórios simplificados para as lideranças locais e espaço aberto para comentários, validação dos resultados, sugestões e perguntas.

Outro evento a ser organizado será um (01) **encontro com os gestores** das áreas protegidas locais, representantes das secretarias municipais de Meio Ambiente e Saúde de Sooretama para apresentação dos resultados, debate sobre os desafios persistentes e a construção coletiva de propostas de continuidade.

Ao final, todo o conhecimento gerado deste projeto será organizado para diferentes públicos, como: um banco de dados consolidado, um relatório técnico-científico final e notas para os gestores de diferentes esferas (que conterà contexto, principais achados, recomendações práticas e indicação de fontes para aprofundamento).

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
2.1. Avaliação de processo	00,00	Mês 4	Mês 7



2.2. Avaliação de satisfação dos participantes	3.955,40	Mês 9	Mês 9
2.3. Realização de encontros com as comunidades	2.081,08	Mês 10	Mês 10
2.4. Realização de 01 encontro com os gestores e representantes das Secretarias de Sooretama	794,09	Mês 10	Mês 10
2.5. Elaboração e entrega de relatórios técnicos e demais documentos propostos para os diferentes públicos	00,00	Mês 11	Mês 12

## 8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo	R\$ 5.185,69,00	0,00	R\$ 5.185,69
	Serviços de terceiros – pessoa física	R\$ 6.142,52	0,00	R\$ 6.142,52
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 18.666,25	0,00	R\$ 18.666,25
	Equipe encarregada pela execução	R\$ 0,00	0,00	0,00
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 29.994,46</b>

### 8.1 Detalhamento das despesas

#### 8.1.1. Material de consumo

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Combustível (gasolina)	Litros	809	R\$ 6,41	R\$ 5.185,69
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 5.185,69</b>

#### 8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Analista ambiental pleno Carga horária semanal - 15h. Considerou-se para cálculo de valor unitário piso salarial e a proporção das horas trabalhadas). Analista Ambiental Pleno/Biólogo(a) com experiência de pelo menos 05 anos na área ambiental. Cotações realizadas em 25/02/26	Mês	4	R\$ 1.535,63	R\$ 6.142,52
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 6.142,52</b>

#### 8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Aluguel de veículo para atividades em campo	Unidade	32	R\$ 360,32	R\$ 11.530,24
Alimentação para duas pessoas (considerou-se como base o valor de refeições executivas para cálculo do valor unitário diário)	Unidade	63	R\$ 113,27	R\$ 7.136,01
<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 18.666,25</b>

#### 8.1.4 Equipe encarregada pela execução

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total



<b>Subtotal</b>				<b>R\$ 00,00</b>

#### 8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
<b>Subtotal</b>				<b>0,00</b>

<b>TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)</b>	<b>R\$ 29.994,46</b>
--	----------------------

#### 9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	09/2026
<b>R\$30.000,00</b>	R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00
10/2026	11/2026	12/2026	01/2027	02/2027	03/2027
R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00
MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO
MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO	MÊS/ANO

#### 10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em 26 de fevereiro de 2026.



Documento assinado digitalmente



ANDRESSA GATTI

Data: 26/02/2026 19:57:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Representante Legal

## 11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em      de de      .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**FELIPE RIGONI LOPES**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SEAMA - SEAMA - GOVES  
assinado em 27/03/2026 13:52:15 -03:00

**ANDRESSA GATTI**  
CIDADÃO  
assinado em 27/03/2026 11:02:20 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 27/03/2026 13:52:15 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por REBECA RAMALHO DE PAULA FREITAS (CHEFE GRUPO DE ADMINISTRACAO QCE-05 - GA - SEAMA - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-R37LFC>